

# A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NAS ÁREAS DE CERRADO EM GOIÁS (BRASIL) E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO\*

Marcelo Rodrigues Mendonça \*\*

Antonio Thomaz Júnior \*\*\*

## 1. Introdução

Na pesquisa em andamento, que ora apresentamos, prioriza-se o entendimento do território do Sudeste Goiano<sup>1</sup>, certamente com o intuito de observar e mapear as múltiplas facetas do trabalho, precisamente o trabalho rural e as possíveis implicações na relação cidade-campo, investigando as configurações geográficas decorrentes do processo de “modernização da agricultura”, intensificado nas últimas décadas do século XX.

A análise se dá a partir da relação capital x trabalho, impactada pelas alterações no processo produtivo mundial, denominada de forma genérica de reestruturação produtiva e seus desdobramentos na mobilização, organização e atuação dos trabalhadores em suas diversas instâncias políticas, dentre elas, partidos e sindicatos.

Neste artigo quer-se de forma introdutória apontar as relações entre a modernização da agricultura, o Estado e a expansão do capital, mediante a análise do cultivo de soja nas áreas de cerrado, assim como evidenciar as mudanças espaciais no território e os desdobramentos para os trabalhadores rurais na área investigada.

A preocupação central não é com um segmento dos atores envolvidos no processo produtivo na área delimitada, mas compreender as capilaridades, as tramas espaciais constituintes e constituidoras das mudanças globais no processo produtivo e os rebatimentos para os trabalhadores, que a nosso ver, apontam novos elementos na relação cidade-campo, mas acima de tudo, diferentes perspectivas para o movimento social. Crê-se que a apropriação por parte dos trabalhadores da territorialização dos fenômenos e suas contradições significa a possibilidade da construção de um novo espaço, o contra-espaço, hegemonizado pelas forças historicamente subsumidas aos interesses do capital.

Dessa forma, há que decifrar a partir da contradição capital x trabalho, os diversos atores sociais e os *constructos* identitários, envolvidos no ato de produzir mercadorias que tenta homogeneizar classes sociais diferentes sob o escopo da modernização da agricultura. Trata-se assim de perceber a dinâmica do capital e suas frações no território, mas também dos trabalhadores, que mesmo subsumidos, impõem suas visões de mundo,

---

\* Parte dessa discussão foi apresentada no IV Coloquio Sobre El Trabajo, realizado em Barcelona-Espanha, em maio de 2002.

\*\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão (Goiás). Doutorando em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; membro do CEGeT e diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, Seção Local de Catalão. Fone (64xx) 411 1548 - Fax- (64xx) 441 1515. E-mail: mendonca@innet.psi.br

\*\*\* Professor de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e do CEUD/ UFMS/Dourados; Coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) < [www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget) >; Coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi). Autor do livro “Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana”, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. E-mail: thomazjr@stetnet.com.br

<sup>1</sup> Área pertencente a Mesorregião Sul Goiano que agrega todo o território do Sul do Estado de Goiás. Especificamente o Sudeste Goiano refere-se ao território cortado pela Estrada de Ferro, também conhecido como região da Estrada de Ferro e geograficamente localizado no Sudeste de Goiás.

assegurando a certeza de dias melhores para as gerações vindouras, desde que, façam valer a emancipação dos homens.

## **2 - O ESTADO Abre Caminhos para o Capital - a Sojicultura no Cerrado Goiano**

De acordo com THOMAZ JÚNIOR (2001), a incorporação do progresso-técnico-científico nada mais é do que a adoção do progresso das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho.

Através das investigações apreendemos que, historicamente, a contradição capital-trabalho é transposta para as concepções de atraso e moderno ou mesmo de sertão e litoral como pares díspares, sendo que cabia a todos, esforços para trazer o progresso e o desenvolvimento. Progresso e desenvolvimento que se materializam mediante as demandas do capital, portanto progresso do capital e para o capital. (THOMAZ JÚNIOR, 1994).

Valeria destacar que a apropriação do discurso elaborado sobre a “ordem natural das coisas” quando o capital decide incorporar as áreas de cerrado no circuito produtivo mercantil em bases tecnificadas, etc., é preciso “assegurar” civilização aos pobres coitados viventes do sertão. O progresso deve melhorar as condições de vida do sertanejo e de acordo com essa abordagem é tomado como único, sem distinguir que também no sertão, têm-se diferentes classes sociais e que o sertanejo - homem que vive no sertão, não pode ser tomado como único. Essa forma de abordar o sertão apenas expressa, mais uma vez, o controle social do capital sobre os trabalhadores. Ao padronizar o homem sertanejo homogeneiza-se o espaço, portanto camufla-se as contradições e as diferenças existentes.

A ‘ordem natural’, aparentemente espontânea escondia as visões sociais da aristocracia que não queria ver a situação dos trabalhadores rurais retratadas e/ou cantadas, mesmo porque isso poderia ser demasiado perigoso. Daí se percebe claramente, o conteúdo político-ideológico presente nas manifestações culturais e artísticas elaboradas “para” os trabalhadores rurais. (WILLIAMS, 1989).

THOMAZ JÚNIOR (1996), salienta as leituras diferenciadas feitas pelo capital e pelo trabalho acerca dos fenômenos no território e as diferentes manifestações desse conflito. A leitura do território não deve ser unilateral, pois capital e trabalho fazem leituras distintas sobre o mesmo fenômeno, uma vez que, o trabalho encontra-se subsumido ao capital.

Ainda hoje, essa forma de controle social se efetiva concretamente. As paisagens rurais, especificamente nas áreas de cerrado estão tomadas por extensas lavouras de soja, milho, algodão, trigo, café, etc., além de belas pastagens para o criatório. Os trabalhadores, atualmente em menor número, em função do processo de mecanização e tecnificação das atividades, parecem distantes e/ou ausentes. É como se as máquinas fossem sozinhas as responsáveis por tanta produção e pela transformação da “velha paisagem” considerada improdutiva e ociosa em celeiro agrícola do País.

A *commodity* selecionada como principal indicador das mudanças na política agrícola do país foi a soja, segunda maior geradora de receitas de exportação da balança comercial brasileira, perdendo apenas para o setor automobilístico, resultando numa atividade intensiva em capital e em tecnologia.

Em 1998, o complexo soja respondeu por 11% da receita de exportações brasileiras. Trata-se do segundo segmento exportador em importância, perdendo apenas para o setor do material de transportes. Esse fato por si só explica o caráter estratégico dessa ‘commodity’, e, em termos econômicos, o sucesso da política de estímulo à sojicultura implementada nos anos 70 e 80. (WWF, 2000:60).

Uma segunda *commodity*, mais recente é a transferência de agroindústrias (aves, suínos, etc.) para a região, além da grande produção de bovinos. Para a WWF (2000), a soja é a principal atividade desenvolvida no Centro-Oeste, uma vez que, impulsionou outros cultivos, como o do milho, mediante a necessidade de rotação de culturas, que atraiu/atrain a suinocultura e a avicultura. Recentemente o Grupo Perdigão instalou-se em Rio Verde no Sudoeste Goiano, interior de Goiás, o maior complexo agroindustrial da América Latina, um investimento de R\$550 milhões que deverá gerar 3.500 empregos e aumentar em 30% a capacidade produtiva da Empresa, até 2003.

O Grupo Sadia promoveu a criação de perus, no sistema produtores integrados em Catalão no Sudeste Goiano, após a aquisição da Granja Rezende, situada em Uberlândia-MG. Esta cidade é considerada o “portal para as áreas de cerrados” e possui a maior estrutura logística de distribuição de mercadorias do país, portanto extremamente importante para a comercialização dos grãos produzidos no Centro-Oeste.

A rápida urbanização e o crescimento do setor de serviços em geral e, particularmente aqueles vinculados ao cultivo de grãos, expressam a importância e a dependência da economia regional goiana em relação ao cultivo de soja. A Mesorregião Sul Goiano se refere ao centro-sul do Estado e agrega as regiões Sudeste e Sudoeste, as mais urbanizadas e (agro)industrializadas de Goiás, além de serem as que produzem maior quantidade de grãos.

Com um total exportado correspondente a US\$ 595 milhões e importações equivalentes a US\$ 390 milhões, Goiás obteve um saldo positivo de US\$ 205 milhões na sua balança comercial 2001, consolidando-se como a nona economia do País. O agronegócio destaca-se nesse desempenho, detendo 60% do Produto Interno Bruto (PIB) goiano. Conforme informações da Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, nas cadeias produtivas do segmento agrícola (*commodities*), merecem destaque o complexo soja, nas regiões produtoras de Jataí, Rio Verde, Mineiros, Montividiu e Catalão; algodão herbáceo, em Itumbiara, Rio Verde, Santa Helena e Chapadão do Céu; milho, em Luziânia, Jataí, Rio Verde e Chapadão do Céu e cana-de-açúcar, em Goianésia, Goiatuba, Itumbiara, Santa Helena e Maurilândia, a maioria situados na Mesorregião Sul Goiano. São esses os principais agropólos potenciais de *agriclusters* no Estado.

Segundo o Jornal - O Popular editado em 16/12/2002, o Estado é hoje o primeiro produtor nacional de tomate e sorgo; segundo produtor de cereais e oleaginosas, leite e algodão herbáceo; quarto maior produtor de milho e soja; tem o terceiro maior rebanho bovino do País, em torno de 20 milhões de cabeças, o décimo de suínos e é também o segundo em número de vacas ordenhadas. Nas exportações destacam-se o complexo soja, com 48,02% das vendas; carne/couro, 20,07%; ouro, 10,07%; ferronióbio, 7,48%; amianto, 4,04% e níquel, 1,01%. O setor agrícola, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteve em 2001 receita bruta de R\$ 2 bilhões 501 milhões e gera 162.567 empregos permanentes. A safra 2002 totalizou 23,5 milhões de toneladas, com 9,7 milhões de toneladas de grãos e oleaginosas, 1,3 milhão de toneladas de frutícolas e oleráceas e 11,6 milhões de toneladas de fibras, energéticos e tubérculos, numa área plantada de 3,16 milhões de hectares.

Diversos fatores viabilizaram o desenvolvimento da sojicultura no Brasil, dentre eles ressalta-se a demanda por alimentos protéicos nos países desenvolvidos paralelamente à redução da produção nos EUA, fazendo com que o preço se elevasse, precisamente a partir da crise de 1973.

Internamente o governo brasileiro necessitava de um cultivo que assegurasse divisas e que fosse industrializável, atendendo as necessidades do projeto industrial em andamento. Daí os grandes investimentos do setor público na operacionalização técnica

(pesquisa), na construção de infra-estrutura, na criação de políticas creditícias (subsídios) para o cultivo da soja.

Há que se destacar a opção política das elites brasileiras em não realizar a reforma agrária, ainda que fosse na perspectiva distributivista, aliando-se aos interesses da burguesia internacional e do capital industrial-financeiro, contrariando as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, principalmente as milhares de famílias expulsas do campo, que mais tarde engrossariam as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A modernidade chegava ao sertão inóspito e improdutivo e deslocava os 'nativos' que até então viviam com relativo padrão de vida.

Soma-se a isso as estratégias do Estado para evitar uma reforma agrária, na medida em que, as pressões do movimento social (trabalhadores rurais, atingidos por barragens, etc.) no Centro-Sul incomodava, até mesmo a ditadura militar, mesmo porque também nas cidades, o crescimento desordenado chamava a atenção para os problemas sociais no campo.

A opção política em não implementar a reforma agrária, implicava numa necessidade crescente de ampliação da fronteira agrícola (Centro-Oeste e Amazônia) que temporariamente 'solucionaria' a questão da terra no Sul e no Sudeste, deslocando os conflitos pela terra para as áreas de fronteira de expansão. Além de maquiara a questão da concentração fundiária já existente, deslocando milhares de migrantes desterrados para o Centro-Norte, essa ação usava-os como 'amansadores da terra', na medida em que o capital os expulsava e logo os seguia para arrematar-lhes novamente as novas terras valorizadas.

A busca pela competitividade, principalmente nos mercados externos, promoveu um reordenamento na agricultura brasileira comercial agro-exportadora alterando sobremaneira as formas organizacionais da produção. A necessidade de reduzir custos na produção e na comercialização, assegurada quase sempre pela adoção de inovações tecnológicas, possibilitou uma maior integração entre as empresas (cadeias produtivas), ou seja, uma verticalização da produção com o intuito de centralizar e concentrar esforços, ações e decisões em vários territórios mundiais-nacionais. Essa flexibilidade – mobilidade espacial – passa a atender as demandas exigidas pelo mercado, assegurando eficiência e produtividade, portanto condições de competitividade no mercado internacional.

Certamente ocorreram substanciais conseqüências dessa mobilidade espacial das empresas e dos investimentos estatais e privados na área de pesquisa, sobretudo com desdobramentos diversos sobre os trabalhadores. O surgimento de novas formas de gestão, novos segmentos profissionais, novos trabalhadores e a desterração de milhares de famílias do campo não pode ser tratado como algo corriqueiro, mesmo porquê, esses elementos possibilitaram novos conteúdos à mobilidade do capital, portanto com implicações profundas na relação capital-trabalho, que precisam ser investigados à luz das mudanças nas relações de produção, mas fundamentalmente com prioridade nas novas formas de trabalho e seus desdobramentos para as ações políticas dos trabalhadores.

Recentemente, a considerável redução dos custos para produzir e comercializar, proporcionada pela inovação tecnológica, redefiniu muitos conceitos relativos a modelos organizacionais. Os esforços coordenados, impulsionados pela tecnologia e sistemas organizacionais flexíveis, foram fatores essenciais para a continuidade do processo de globalização. (...) Atualmente, porém, os processos de produção, abastecimento, assessoramento, pesquisa e desenvolvimento, entre outros, são facilmente difundidos em diferentes territórios nacionais. A idéia corresponde a

extrair, da melhor maneira possível, as chamadas vantagens comparativas que cada país oferece. (WWF, 2000:71).

## 2.1 – Os Investimentos Estatais e Privados

A partir da década de 60, inicia-se um processo de alteração no uso e na ocupação da terra no Centro-Oeste, com a implementação das formas técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado. As tradicionais áreas de cerrado – extensos chapadões com topografia plana – até então pouco utilizados passam a ser intensamente aproveitados, mediante a disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infra-estrutura pelo Estado brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional.

A primeira região do Estado de Goiás a internalizar esse processo foi o Sudoeste Goiano, que apresentava condições locais favoráveis, tais como: proximidade geográfica com os mercados do Centro-Sul; tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações; pouco adensamento populacional no campo, o que facilitou o processo de incorporação das terras, quase sem resistência por partes dos pequenos médios produtores rurais; etc. Esses fatores associados às políticas creditícias e fiscais do Governo Federal para a “ocupação racional” das áreas de cerrado e a construção da infra-estrutura necessária, fez dessa região o “portal” de entrada da modernização da agropecuária em Goiás e com certeza para grande parte do Centro-Norte brasileiro.

A reestruturação do sistema produtivo foi particularmente acentuada nas áreas meridionais da região do cerrado, sendo o Sudoeste de Goiás bem representativo de um espaço onde foram marcantes as alterações no quadro agrário. Sua proximidade dos grandes centros de consumo e comercialização do país, bem como sua integração à rede viária da Região Sudeste o tornaram altamente dinâmico em termos de evolução recente das atividades agropecuárias. (IBGE, 1982:11).

As características edafoclimáticas das áreas de cerrado apresentam singularidades que preocuparam, particularmente no início, os agricultores modernos. A presença de uma estação seca (estiagem) e a ocorrência em alguns anos de poucas chuvas mesmo no período chuvoso, associados a acidez dos solos e o elevado preço dos insumos e maquinarias foram argumentos utilizados pelo Estado e pelas agências de fomento para a necessidade de destinar grandes somas para evitar qualquer prejuízo para os investidores, daí a política generalizada de subsídios.

É certo que os fatores naturais acima interferiram no processo de incorporação das áreas de cerrado ao circuito produtivo nacional, todavia há que se compreender a elaboração de um discurso que atendia, naquele momento, as duas faces da moeda. De um lado os “nativos” – produtores rurais locais acostumados ao labor nas áreas de matas, mais férteis e sabedores de que as áreas de cerrados nunca poderiam ser cultivadas com os recursos técnicos que dispunham. Assim, tradicionalmente, essas áreas não eram valorizadas pelos produtores locais, que tidas como imprestáveis, poderiam ser comercializadas a preços ínfimos, que ainda assim eram altamente lucrativas. De outro, os sulistas - produtores rurais oriundos dos Estados da região Sul e de São Paulo - que com experiência na agricultura moderna, já iniciada no Sul, com o cultivo do trigo e da soja e a disponibilidade de recursos técnicos e tecnológicos para o cultivo dos solos ácidos e às políticas de fomento do Estado adquirem as terras baratas e iniciam o

processo de transformação das paisagens de cerrado em grandes campos de cultivo e de criação.

É como se juntassem duas visões distintas e diferenciadas, mas que fossem extremamente vantajosas para ambos. Evidentemente esse discurso é completamente desmascarado quando os sulistas conseguem cultivar e com elevada produtividade as áreas consideradas improdutivas pelos nativos, que assustados não compreendem com a clareza necessária o ocorrido e, às vezes, reafirmando a idéia de que, não eram capazes de promover tamanho “milagre”. Depoimentos que os sulistas são mais trabalhadores e afeitos ao trabalho do que os produtores rurais locais e, principalmente em relação aos trabalhadores de uma forma geral, foram estereótipos construídos sobre o processo de “modernização” da região, evidenciando o estranhamento, ao qual, foi submetido milhares de famílias desterradas.

A partir da década de 60, as políticas governamentais voltadas para o crescimento agrícola do Planalto Central – áreas de cerrado<sup>2</sup> - tinham como objetivo a produção de *commodities* para exportação, equilibrando a balança comercial brasileira e paralelamente ocupando o oeste – Marcha para o Oeste – atendendo a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional.

A infra-estrutura necessária aos novos investimentos avoluma-se com os projetos de ‘integração nacional’, após os anos 60, com destaque para a construção de Brasília e a construção das rodovias, que direcionaram a mobilidade do capital e do trabalho no território brasileiro, alterando profundamente, as regiões tanto na forma como no conteúdo.

Percebe-se a coadunação de diversos fatores para a ocupação do cerrado goiano, com a agricultura comercial, destacando-se: a presença dos chapadões com topografia plana; a grande disponibilidade de terras – latifúndios improdutivos e também de terras devolutas; a disponibilidade de água para projetos de irrigação e, principalmente, as políticas creditícias e fiscais subsidiadas pelo Estado brasileiro, que garantiram a infra-estrutura necessária;

A esses fatores se soma o próprio movimento do capital que carecia de áreas para promover investimentos, como exemplo a indústria de insumos, de fertilizantes, de maquinários que necessitavam de mercado.

Em documento recente publicado pela WWF<sup>3</sup>, coloca-se claramente a importância da biodiversidade do cerrado, considerada uma das mais relevantes do planeta e com um grau significativo de endemismo. A “modernização” agropecuária promoveu o comprometimento de grande parte da área, uma vez que, os elementos naturais, dentre eles, a topografia plana, disponibilidade de água para a irrigação, a matéria orgânica e a estrutura física do solo relativamente favorável, compensavam os altos investimentos em

---

<sup>2</sup> “O cerrado é uma região muito peculiar. Associa uma rica biodiversidade a uma aparência árida decorrente, em parte dos solos pobres e ácidos e da ocorrência de apenas duas estações climáticas: uma seca e outra chuvosa. O relevo plano em quase toda a sua extensão facilita o avanço das máquinas agrícolas que desmatam rapidamente grandes extensões de área verde. É o berço de uma grande diversidade espécies e de importantes bacias hidrográficas, motivo pelo qual a sua rápida devastação torna-se preocupante e com impactos potenciais irreversíveis.” (WWF, 2000).

<sup>3</sup> Obviamente o documento elaborado pela WWF apresenta leituras políticas do território que se assemelham ao simplismo, próprio de diversos ecologistas que baseiam-se no ‘desenvolvimento justo e sustentável que beneficiaria a todos nós’, sem ao menos explicar o significado desse termo. Isso não significa que o referido estudo não possua aspectos relevantes, precisamente quanto a elaboração de diagnósticos acerca das realidades do cerrado brasileiro, alertando para o modelo adotado de exploração dessa área, comprometendo todo o ecossistema.

máquinas, insumos e a necessidade de correção dos solos ácidos, mediante a calagem. Esses fatores favoreceram intensamente a implantação do modelo empresarial-comercial voltado para atender os mercados distantes.

A adoção das inovações ocasionou mudanças nas relações sociais de produção e também nas relações sociais de trabalho, alterando as paisagens regionais, agora altamente tecnificadas e 'integradas' ao progresso, sendo consideradas 'celeiros agrícolas' do país.

A abertura da fronteira agrícola se dá efetivamente nos anos 70, com a introdução do cultivo do arroz e logo depois da soja - utilizada como a propulsora da fronteira agrícola. Na pecuária ocorre o plantio de pastagens, com o cultivo de forrageiras e capim brachiária, aumentando a produção e a produtividade do rebanho por hectare.

A modernização da agricultura que combinava a aplicação de capitais intensivos e a expansão da fronteira agrícola tinha por objetivo a produção de *commodities* para exportação e geração de divisas para o país. A garantia de preços mínimos, o preço único dos combustíveis e crédito farto foram os principais elementos dos programas governamentais para facilitar a modernização das atividades agrícolas e pecuárias.

Segundo diagnóstico da FAO/INCRA, o Centro-Oeste apresenta 43% dos estabelecimentos com produção familiar, enquanto a média brasileira é de 75%. Quanto a área os estabelecimentos rurais familiares ocupam 22% no país e apenas 5% na região Centro-Oeste, evidenciando o processo de exclusão a que foram submetidas as populações rurais, após a modernização da agricultura, que reforçou a histórica e desigual distribuição da terra e da renda em todo o país.

Em meados dos anos 80, mediante a recessão econômica no país e particularmente a crise no setor agrícola a partir da redução dos subsídios governamentais, o Estado de Goiás, atrelado aos interesses do empresariado rural, cria políticas de fomento, com o intuito de atrair investimentos nos setores agroindustriais. Diversas agroindústrias (setores têxtil e alimentício) são instaladas em Goiás. Nos anos 90, montadoras de veículos também são instaladas beneficiando-se do Programa Fomentar, mediante a política de descentralização das atividades industriais, que em busca de melhores condições para auferirem maiores lucros e assegurarem a competitividade no mercado globalizado, se interiorizam.

### **3 – A Ocupação Racional do Cerrado e a Estratégia do Capital Transnacional Viabilizada pelo Estado**

A prioridade na modernização da agricultura foi tomada como parte do II PND – 1975-1979, onde a produção de fertilizantes e agrotóxicos era uma das estratégias para o crescimento industrial. Enquanto estratégia agropecuária se devia utilizar de forma intensiva os instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico, visando maior produtividade. Coincidentemente era o período da implantação dos pólos agropecuários e agrominerais na Amazônia, sob o discurso da 'integração nacional' e do aumento das exportações, através da incorporação de novos mercados para os produtos manufaturados e principalmente produtos agrícolas não-tradicionais.

A crise no padrão de regulação, esboçada nos anos 1970, com destaque para a crise do petróleo (1973) foi um elemento fundamental para aumentar a dependência econômica dos países subdesenvolvidos e ampliar a influência do FMI - Fundo Monetário Internacional - e das agências financeiras transnacionais nesses países, orientando políticas macro-econômicas que atendiam os interesses da transnacionalização do capital industrial e financeiro.

A crise estrutural, na qual se envolveram os países subdesenvolvidos, acarretou mudanças significativas no cenário internacional, mediante a imposição cada vez maior

dos EUA, que obrigavam esses países a cumprirem “suas obrigações internacionais”, no momento em que as *commodities* apresentavam preços ínfimos no mercado internacional. Só restavam aos países renegociarem as dívidas e solicitarem novos empréstimos, que foram drasticamente reduzidos, acarretando, dentre outros fatores, a grande recessão no início dos anos 1980, que assolou principalmente as economias latinas, dentre elas, a brasileira.

Percebe-se com relativa clareza, as intencionalidades dos grandes centros hegemônicos mundiais no Ocidente – EUA e Inglaterra – quando impõe condições à liberação de “ajudas econômicas” aos países em crise. A orientação era fazer o dever de casa. Reduzir gastos, cortando as já debilitadas políticas sociais, adotar políticas monetárias restritivas e uma política cambial favorável as exportações foram as exigências dos organismos financeiros mundiais.

O caráter político-ideológico dessas medidas estava construindo as condições para o avassalador processo de transnacionalização, com a eliminação crescente das barreiras comerciais à mobilidade do capital e das mercadorias. (CHESNAIS, 1996).

Segundo as orientações estabelecidas, o setor agrícola devia ser considerado prioridade. Assim a “modernização” da agricultura – modernização conservadora – em andamento, é intensificada através da implementação das agroindústrias nas áreas de cerrado, atraídas pela grande produção e produtividade, mas também pelos incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelos governos estaduais.

No Brasil, essa política ficou conhecida através do Plano Collor que tentou promover uma profunda *modernização* por meio de medidas de liberalização comercial e incentivos à entrada do capital transnacional no país, o que gerou uma crise sistemática na agricultura, eliminando parte considerável dos pequenos e médios produtores rurais que ainda insistiam em produzir. Nesse momento as empresas transnacionais passam a exercer maior controle na produção e distribuição de sementes, de agrotóxicos e implementos agrícolas, possibilitando uma concorrência desleal, pois empresas com capitais regionais e nacionais não conseguiam mais sobreviver sem as possibilidades de fusões com os grandes grupos econômicos transnacionais.

As linhas de financiamento subsidiadas foram eliminadas, a política de preços mínimos foi abandonada e instituíram o imposto de renda sob o mercado de ações, atividades agrícolas e exportações, além da sobrevalorização cambial e do confisco de haveres monetários. Todas essas medidas, nitidamente favoráveis aos interesses do capital transnacional provocaram impactos diferenciados na economia brasileira. Quanto à sojicultura, houve momentaneamente, relativa redução da área plantada e muitos produtores passaram a destinar maior atenção a outros cultivos e a pecuária.

A partir desse momento, percebeu-se que a cultura da soja, sob o novo regime de comércio liberalizado, tornava-se uma atividade de grandes produtores, ou como os próprios sojicultores do Cerrado denominam, de agricultores profissionais. Esse novo processo de exclusão promovido pela soja - o primeiro se deu no início da abertura da fronteira quando os produtores do Sul assumiram o lugar dos agricultores tradicionais do Cerrado - ressaltou o fato de que a soja é uma *commodity* e por isso negociada no mercado globalizado. Neste mercado, o acesso à informação é uma condição e a produção em escala, o uso intensivo de tecnologia, o ganho contínuo de produtividade e o suporte financeiro para lidar com as oscilações de mercado, e a pouca disponibilidade de crédito oficial são pré-requisitos. (WWF, 2000:89-90)

Percebe-se, claramente, os momentos de descontinuidade sofridos pelos pequenos e médios produtores rurais. Primeiro a desterroação, uma vez que, não sabiam

cultivar as culturas modernas, pois não eram agricultores profissionais; e segundo o processo de autofagia implementada a partir do apoio explícito das políticas públicas aos grandes empresários rurais transnacionalizados.

Há que se considerar as diversas funcionalidades diferenciadas no tempo e no espaço, especificamente na área de pesquisa, pois deve-se refletir acerca de uma nova regulação do tempo e do uso do território com a chegada dos sulistas e as configurações geográficas decorrentes das inovações que paulatinamente alteraram o padrão de produção-acumulação, e que novamente implementa novas ações valorativas no território, sem que, aparentemente despertasse a atenção dos pesquisadores sobre as bruscas alterações nas relações de trabalho e na ação política dos trabalhadores.

Preocupa a idéia de que só o capital se moderniza e parece ser altamente positivo a noção de que a modernidade se refere às formas de produzir e quase nunca às relações de trabalho. Há um descompasso nas análises acadêmicas e científicas acerca das transformações recentes no espaço agrário do Centro-Oeste que privilegiam as alterações nas relações de trabalho, como se essas alterações aparecessem no tempo lento, enquanto que as mudanças nas relações de produção surgissem no tempo rápido.

Indaga-se acerca da coexistência de relações de produção altamente modernas, ao lado de formas distintas de trabalho, consorciadas com relações de trabalho também *modernas*, mas prioritariamente mantendo relações de trabalho arcaicas, com requintes de superexploração, subordinação e precarização. Obviamente os mais apressados responderão que essa é a característica fundante do capitalismo. Com certeza, todavia se pensa que a razão central desse processo está na capacidade de metamorfosear-se do capital que elabora novas formas de controle social, sem contudo eliminar a contradição básica que move a dinâmica da sua existência, qual seja o confronto capital x trabalho e a luta de classe. Entretanto, essas novas formas de produção e de gestão, muitas delas velhas com verniz novo, se materializam espacialmente e, se desvendadas, podem significar avanços para a luta dos trabalhadores rumo a emancipação. (THOMAZ JUNIOR, 2002a).

Crê-se que há um consorciamento no tempo social - temporalidades justapostas - todavia existe uma relação específica, onde capital e trabalho se identificam e se reconhecem um no outro. Como, então, partir da idéia de que o capital está adiante do trabalho? O que comparece é a capacidade produtiva da técnica apropriada pelo capital que tenta impor padrões de usos, costumes e comportamentos que, homogeneizando as diferenças, impedem a possibilidade histórica de reação dos trabalhadores. A partir do momento que a "leitura" desse fenômeno for feita com o interesse de desvendar as formas de controle do capital sobre o trabalho e assim apontar mecanismos de superação, não há dúvidas que o movimento social saberá utilizar dessa contribuição para avançar a luta dos trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2003).

A depender da predisposição do capital, as áreas consideradas 'atrasadas' passam por um vigoroso processo de crescimento, tornando-se aceleradamente áreas de progresso.

THOMAZ JUNIOR (2002b), aponta a intervenção estatal de forma direta ao anunciar enquanto política pública de interesse nacional o Proálcool - Programa Nacional do Alcool - evidenciando a estratégia do capital que se apropria do Estado e efetiva políticas públicas para solucionar a questão do abastecimento.

Gestado de comum acordo entre capital e Estado, Programa Nacional do Alcool (Proálcool), instituído através do Decreto 76.593 de 14/11/1975, resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool, selou a mediação estatal na atividade

sucro-alcóoleira, indexando à produção de álcool os objetivos centrais. (THOMAZ JUNIOR, 2002b: 48).

Esse mesmo processo se assemelha à adoção de políticas públicas para a ocupação racional das áreas de cerrado. Certamente, não fosse o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural – a ‘modernização da agricultura brasileira’ não teria se efetivado. O SNCR forneceu as bases materiais para o crescimento econômico, viabilizando a internalização da agricultura aos setores industriais à montante (insumos e implementos, etc.) e à jusante (indústrias processadoras).

(...) o Estado introduziu e potencializou um padrão de desenvolvimento, imputando à agricultura uma opção de investimentos dentro de uma determinada lógica da valorização e acumulação do capital, caracterizada pela reprodução simultânea de várias formas de capitais na agricultura (industrial, comercial e financeiro) à base de profunda diferencialidade territorial, ou seja, moderna numa atividade agrícola atrasada em outra e especulativa numa terceira. (THOMAZ JUNIOR, 1996: 71-72).

Esse processo pode ser observado no Sudeste Goiano, mediante a existência de relações de produção, que variam do trabalho familiar ao trabalho assalariado, apresentando significativas distinções, evidenciando a intensificação da superexploração, da subordinação e da precarização dos trabalhadores subsumidos à lógica avassaladora do capital, principalmente nas empresas rurais, expressão mais acabada do moderno na área de pesquisa.

A hegemonia do capital financeiro modifica substancialmente as relações de produção na agricultura brasileira, uma vez que, possibilita uma fusão de diversos interesses localizados e controlados pelo capital mercantil e industrial ao movimento mais geral da economia e do processo de acumulação financeirizado do capital mundializado.

As ligações intercapitais, portanto, não são apenas técnicas, mas também financeiras. Ou seja, a aquisição, por exemplo, de insumos e máquinas pela agricultura, impõem, a princípio, não meramente como necessidade técnica, mas implica de imediato, na necessidade de financiamento, que passa a se dar através do sistema financeiro instalado – e não mais a partir de agentes isolados como os comerciantes prestamistas – soldando assim, o movimento da agricultura com o movimento mais geral da economia. (THOMAZ JUNIOR, 1996:72).

O processo de ocupação das áreas de cerrado expressou esse movimento do capital, assim como, a estratégia patrocinada pelo Estado, via SNCR e outras benesses como forma de assegurar estímulos à entrada do capital financeiro no Centro-Oeste, e especificamente em Goiás a partir dos anos 1970, com profundos impactos na organização espacial preexistente. Novas configurações geográficas são produzidas sob a batuta dos empresários rurais, milhares de famílias que sobreviviam do trabalho na terra são expulsas para os centros urbanos e/ou para as áreas de fronteira.

(...) o que está em questão, é um projeto de dominação de classe, isto é, o Estado ao promover a industrialização da agricultura, beneficiando atores seletos (grandes proprietários e grandes grupos empresariais e financeiros), o fez à base de profunda exclusão social, deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje, pela produção da maioria dos produtos da cesta básica. (THOMAZ JUNIOR, 1996: 72).

Nesse sentido alguns autores vão tratar a modernização da agricultura enquanto industrialização da agricultura consolidada a partir do CAI – Complexo Agro-Industrial. É necessário pensar que o capital não se restringe à dimensão financeira, assegurando o progresso técnico na agricultura, mas se insere na questão política, visando constituir um aparato político-ideológico para controlar o trabalho e as ações políticas dos trabalhadores.

Uma questão importante refere-se às estratégias do capital que visa reduzir custos, e esses fundamentalmente com mão-de-obra, ou seja, diminuir salários e/ou direitos adquiridos pelos trabalhadores. Como ressaltado anteriormente, a adoção das inovações tecnológicas, dentre elas a mecanização (incorporação do progresso técnico) significou a expansão das culturas de grãos com destaque para a soja pelas áreas de cerrado, uma vez que, as áreas planas, a disponibilidade de recursos hídricos, a infraestrutura viária, etc., facilitavam a mecanização dos cultivos.

#### **4 - A Reestruturação Produtiva do Capital e os Impactos sobre o Trabalho**

A lógica colocada pela reestruturação produtiva do capital após os anos 90 no Brasil, promoveu reordenamentos diferenciados no âmbito do capital, fazendo com que, médias e pequenas empresas entrassem em um processo de falência, enquanto o grande empresariado se vangloriava que a ‘salvação da pátria’ passava pela reformulação do Estado e pela abertura econômica. Assim justificava as demissões em massa e reduzia salários, além de pressionar os trabalhadores a aceitarem a flexibilização das leis trabalhistas, historicamente conquistadas. (THOMAZ JÚNIOR, 2002a).

A nova conjuntura mundial intensifica a divisão técnica do trabalho, fazendo surgir novas categorias de trabalhadores, que redefinem o mercado de trabalho e as bandeiras de lutas empunhadas pelos sindicatos, por partidos políticos e pelo movimento social progressista, colocando para esses atores sociais o desafio de defenderem os trabalhadores, agora ainda mais fragmentados.

THOMAZ JUNIOR (1996: 120), diz que “há uma nova orquestração de interesses no âmbito do capital”. A criação da UDR - União Democrática Ruralista - em meados dos anos 80 aglutinava a extrema direita brasileira que se articulava, como forma de se opor, à proposta de reforma agrária era o fato mais expressivo até meados dos anos 90, no campo brasileiro. Os ruralistas se ocupam da ‘parte suja’, qual seja, explicitamente de patrocinar atividades *lobbistas* no Congresso Nacional, mas efetivamente de incitar a violência no campo, promovendo assassinatos e perseguições às lideranças de trabalhadores rurais e ao movimento social comprometido com a reforma agrária e a justiça social no país.

Os desafios para os trabalhadores estavam colocados: desemprego, subemprego, informalidade e/ou as novas imposições dos patrões sob um certo receio de atuação do movimento social que passa a assistir a um descenso das lutas históricas dos trabalhadores.

A necessidade de alterar ‘as regras do jogo’ com o intuito de elevar os lucros pelo capital, ocasionou medidas que buscavam ampliar o controle social sobre os trabalhadores e, assim reduzir custos com a mão-de-obra, inclusive, responsabilizando-os pela condição de se tornarem desempregados, caso não se adequassem às novas exigências colocadas pelo capital.

Essas exigências passavam por um maior desprendimento do trabalhador em aceitar as novas formas de gestão no processo produtivo (qualidade total, trabalho em equipe, disposição para aprender, retorno a escola, etc.), sob o discurso de que era necessário inovar para assegurar a competitividade no mercado.

Tem-se, portanto, com a intensificação da divisão técnica do trabalho o incremento da utilização do trabalho morto, o que, concomitantemente, fez emergir novas categorias de trabalhadores.

(...) a reestruturação do capital no campo organiza um novo universo de cisões e ou uma nova espacialidade, que impactam decisivamente a divisão do trabalho e repercutem na dimensão subjetiva do trabalho” (...) Nesse contexto, ao mesmo tempo que o capital provoca alterações na base técnica da produção – considerando os diferentes momentos do processo de produção agro-industrial (entende-se a parte agrícola e fabril nas suas diferentes etapas) – alterando as relações sociais de trabalho e de produção, cria novas condições de adequação da força de trabalho à esfera da produção, agora, sob referência, em ritmo progressivo e acentuado da substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Trata-se, portanto, do fato de que o trabalho está perdendo suas características iniciais. (THOMAZ JÚNIOR, 1996:140).

O aparato técnico-científico é fundamental para compreendermos o processo de modernização da agricultura, porém o cerne da questão está nas múltiplas formas de trabalho decorrentes, sob intensa precarização e as articulações entre os trabalhadores expulsos da terra, que agora assumem novas funções na cidade, mas continuam como reserva de mão-de-obra para os empresários rurais, possibilitando repensar a relação cidade-campo. Não há dúvida de que se tem um novo conteúdo na relação cidade-campo, um novo desenho societal, a partir das novas questões colocadas pela reestruturação produtiva do capital, que ao se territorializar redefine a relação cidade-campo.

Preocupa a ênfase com que alguns autores tratam as inovações tecnológicas enquanto redefinidoras da relação capital x trabalho. THOMAZ JUNIOR (1996), quando se refere às inovações tecnológicas, salienta que são determinantes em algumas etapas do processo produtivo e, que aumentam o controle do capital sobre o trabalho. Entretanto é necessário uma análise mais substancial, no sentido de perceber o aparato ideológico construído e os elementos subjetivos incorporados e externalizados pelos trabalhadores em situação de risco, ou seja, de desemprego iminente.

## **5 - As Transformações Sociais e Territoriais no Espaço Agrário do Cerrado**

Primeiramente pondera-se que o cerrado enquanto um conjunto de diversos elementos e portador de um ecossistema complexo e de extrema importância para a sociedade deveria ser melhor compreendido pelo conjunto da sociedade, particularmente os trabalhadores.

A “modernização” da agricultura, intensificada após a década de 1970, estimulou e direcionou a expansão do capital rumo às áreas pouco exploradas mediante as necessidades da reprodução ampliada. Soma-se a isso o desenvolvimento de pesquisas, particularmente nesse caso, a cargo da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que possibilitaram o surgimento de um aparato técnico e científico cada vez mais eficiente, além das inovações tecnológicas específicas para a agropecuária, com destaque para as áreas de fronteira, no caso, o Centro-Oeste brasileiro. Além de todos esses elementos havia o conteúdo político, qual seja, afirmar o Estado enquanto mantenedor da ordem (evitando conflitos fundiários, etc.) e desviar a atenção para a necessidade da reforma agrária, uma vez que, a grande disponibilidade de terras nas áreas de fronteiras, amenizaria o conflito e a luta histórica dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

Dessa forma, os padrões urbanos são impostos ao campo, no caso aos povos cerradeiros. Ou seja, aos povos que viviam da agropecuária de subsistência e de pequena dimensão mercantil nas áreas de cerrado, de forma auto-suficiente e produzindo poucos excedentes comercializados regionalmente, cabia integrar-se ao circuito “moderno” da economia. Obviamente essa consideração não significa que as áreas de cerrado, no caso o Sudeste Goiano, não tivessem sido capturadas pela lógica destrutiva do capital. Essas áreas estavam à margem, porém capturadas pelo capital mercantil, que subordinava o processo social através da apropriação da renda da terra.

A modernização da agricultura evidencia a transição para a hegemonia do capital industrial (máquinas, insumos e implementos agrícolas) e financeiro (políticas creditícias), que territorializa-se através das grandes empresas rurais propiciando um reordenamento espacial, alterando significativamente o conteúdo e a dinâmica das formas de uso do território.

A passagem da subsunção formal para a subsunção real promoveu a (des)construção das paisagens regionais que se adequaram às necessidades do novo padrão de acumulação. Quer-se destacar que o processo em consecução apresenta diferenciações em razão das funcionalidades que essas áreas apresentaram mediante o modo de regulação do capital, que em cada momento exige uma certa adequação às suas necessidades. O consorciamento entre diferentes formas de produzir, desde as assalariadas até a existência de relações não-capitalistas, demonstra a captura e a imposição de formas de produzir e conseqüente relações sociais de trabalho diversas, porém combinadas, com intuito de atender a acumulação do capital.

De todos os fatores mencionados acima, facilitadores da ocupação das áreas de cerrado, o desenvolvimento técnico-científico é o grande alavancador, responsável pelo processo de modernização da agricultura. O desenvolvimento biotecnológico possibilitou a introdução de técnicas modernas e não a modernização capitalista em si inaugurada com a inserção dessas áreas ao mercado desde o século XIX.

Está-se tentando compreender a modernização da agricultura como uma construção do capitalismo e, portanto, a partir de ações implementadas mediante a reestruturação produtiva do capital após os anos 1970. As áreas de cerrado até então hegemônicas pelo capital mercantil passam a ser alvo das políticas públicas na medida em que, essas áreas vão sendo redimensionadas ao mercado através da incorporação ao capital monopolista.

O que temos a partir da aceleração técnica que promoveu uma justaposição de tempos e uma relativa e aparente homogeneização dos espaços são as grandes mudanças no mundo do trabalho, resultante das alterações nas relações sociais de produção e especificamente nas relações sociais de trabalho. Esse é um desafio que se pretende percorrer ao longo desse ensaio, qual seja, perceber as interrelações entre as diferentes formas de trabalho existentes, dentre elas o imbricamento entre o trabalho assalariado e relações de trabalho não diretamente assalariadas, as novas formas de gestão do processo produtivo e a conseqüente intensificação do trabalho precarizado, tanto no campo como na cidade. Crê-se que, essa complexificação do trabalho é um dos fatores que redefinem a relação cidade-campo, pois se tem novos desenhos societais nesses territórios.

Não há dúvida de que há novas categorias de trabalhadores, assim como novas formas de auferir renda, ou seja, é preciso decifrar essas múltiplas relações camufladas sob o escopo da modernização da agricultura e da necessidade premente do progresso, tais como:

- a) O reaparecimento do trabalho escravo, do trabalho infantil e do trabalho de idosos sob condições extremamente precárias nas áreas altamente tecnificadas, parece ser um indicativo de que houve alterações significativas nas relações sociais de produção e

principalmente nas relações sociais de trabalho, como o revigoramento dos procedimentos que intensificam a fragilização e a superexploração do trabalho;

- b) A adoção de formas de gestão flexíveis (participação nos lucros, trabalho em equipe, parcerias, etc.) ao lado da precarização do trabalho, mediante o não cumprimento dos direitos trabalhistas (carteira assinada, férias, 13º salário, etc.) à maioria dos trabalhadores, são evidências do paradoxo existente nas grandes empresas rurais;
- c) A crescente terceirização de algumas atividades, principalmente as consideradas mais difíceis e menos rentáveis (contratação dos trabalhadores temporários, serviços domésticos, segurança, etc.);
- d) O incentivo a migração e até mesmo o financiamento da vinda de trabalhadores para exercerem atividades periódicas nas propriedades rurais. Observamos duas categorias de migrantes: uma oriunda do Sul (Paraná) com destaque para as áreas de onde os proprietários são originários, que são trazidos e ficam durante toda a safra alojados em barracões nas propriedades. E outra que não é incentivada, mas que por outras circunstâncias chegam a procura de trabalho, quase sempre oriundos do Nordeste, com destaque para a Bahia. As distinções entre as funções exercidas por essas categorias de migrantes, assim como as múltiplas relações que os envolvem (os sulistas e os baianos como são denominados localmente) serão tratadas mais adiante;
- e) A existência de programas de qualificação e requalificação da mão-de-obra que possui duplo sentido: de um lado atender a demanda de trabalhadores urbanos, principalmente jovens que não possuem qualquer habilidade vendável e que permanecem fora do mercado de trabalho; e de outro para atender parte dos trabalhadores rurais (filhos de produtores rurais e até de pequenos e médios proprietários) para as necessidades cada vez mais tecnificadas;

Esse mosaico, onde novas relações de trabalho se materializam expressam mudanças no processo de expansão do capital. O impacto na forma de organização e mobilização dos trabalhadores e a tentativa de engessar as suas ações políticas, denotam a necessidade de perceber o processo de territorialização da relação capital x trabalho e as conseqüentes formas de controle social impetradas pelo hegemonia do capital financeiro mundializado. A apreensão adequada e comprometida da realidade social é condição para avançar a luta dos trabalhadores e, para tanto, há que se debruçar sobre as mutações no trabalho e as perspectivas emancipatórias postas na atualidade.

## **6 - A Modernização Conservadora e as Mutações no Trabalho**

A tecnificação promoveu a migração forçada de milhares de famílias que viviam do trabalho na terra para os centros urbanos, com destaque para Goiânia e Brasília.

Com a “modernização” conservadora ocorreu uma diminuição significativa da oferta de trabalho no campo, principalmente em Goiás, que entre 1985 e 1996, sofreu uma redução de 23%, enquanto que a média da região Centro-Oeste foi de 19%. De acordo com o IBGE, em 1985, existiam cerca 1,5 milhão de trabalhadores no campo, na região Centro-Oeste. Dez anos depois, mediante a redução de 20%, os trabalhadores somavam aproximadamente 1,2 milhão de habitantes. Em Goiás eram aproximadamente 616.000 e foram reduzidos para 472.000 trabalhadores rurais.

Esses dados ilustram o impacto das medidas modernizantes nas áreas de cerrado do Centro-Oeste, no que diz respeito aos trabalhadores rurais. Todavia quanto aos

arrendatários e/ou agregados não se tem dados confiáveis, pois houve intensa migração para as áreas de fronteira, nesse momento com destaque para Tocantins, Pará e Rondônia.

A título de exemplo, tomamos o município de Catalão, onde esse processo não é diferente, pois ocorreu a redução significativa dos trabalhadores rurais permanentes (fixos) em função das alterações no processo produtivo, mediante a adoção das inovações tecnológicas, expulsando milhares de trabalhadores e suas famílias para as áreas urbanas e/ou áreas de fronteira (Tabela 1). Por outro lado também não se verificou o crescimento do trabalho temporário, como ocorrido em outras áreas de agricultura tecnificada, uma vez que, os cultivos modernos, com destaque para a soja, consomem pouca mão-de-obra e a cada dia reduzem mais, como demonstrado abaixo.

**Tabela 1 - TRABALHADORES RURAIS EM CATALÃO-GO**

<b>Ano</b>	<b>Fixos</b>	<b>Temporários</b>
1975	7.584	1.169
1980	5.301	1.155
1996	4.871	627

Fonte: IBGE-1995/96.

Nas últimas décadas, em Catalão, como no em todo País, a concentração fundiária se intensificou. Em 1980, apenas 4,8% do número total de estabelecimentos agrícolas ocupavam 43% da área total. Por outro lado, as pequenas estabelecimentos, que representavam 53,9%, ocupavam uma área de apenas 9,6% em relação à área total.

Percebe-se uma nítida diminuição no número de estabelecimentos agrícolas com áreas até 500 ha. O número de estabelecimentos com até 10 ha sofreu drástica redução. Todavia, as propriedades acima de 1.000 ha se mantiveram e/ou se ampliaram. Um dado importante é que, até 1970 não havia propriedades no município acima de 5.000 ha. Em 1980 aparece (01) propriedade e, atualmente, segundo dados cartoriais, existem no município (05) propriedades com mais de 5.000 ha, inclusive (01) aproxima-se dos 25.000 ha (IBGE 1995/96).

THOMAZ JÚNIOR (2001), coloca que vivemos um dos momentos mais críticos de toda a história para o trabalho e que essas mudanças impuseram novos arranjos e novas funções para os trabalhadores, sendo que a divisão do trabalho resultante se expressa territorialmente, produzindo uma reformatação de elevada dimensão para a agricultura brasileira.

As mutações do trabalho assumiram formas muito diferenciadas na agropecuária goiana. A requalificação das relações de produção e de trabalho promoveu o aparecimento de formas consorciadas de trabalho nas lavouras, onde se tem trabalhadores altamente qualificados ao lado de trabalhadores temporários (bóia-frias); trabalho familiar em grandes empreendimentos comerciais - administradores e gerenciantes do processo produtivo - combinado com variadas formas de trabalho precário - bóia-frias, produtores integrados, trabalho em tempo parcial, etc.; pluriativismo em pequenas e médias propriedades rurais voltadas exclusivamente para o mercado; crescimento das rendas não-agrícolas para parcela dos produtores rurais; aparecimento de atividades não-agrícolas, como ecoturismo, hotéis fazendas, pesque e pague e outras; e a subproletarização e fragilização cada vez maior dos pequenos produtores que ainda tentam sobreviver do trabalho agrícola tradicional;

As alterações nas relações de trabalho, baseadas em princípios mais flexíveis configuraram-se através da participação nos lucros, muito comum nas empresas rurais. Esse talvez seja o exemplo mais acertado para a se discutir a proposta de ANTUNES

(2001), quando trata a conversão da personificação do trabalho em personificação do capital. “Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contra partida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda em personificação do capital.” (2001:130).

A necessidade de maior produção e produtividade implica na eliminação do desperdício e do trabalho improdutivo com a crescente incorporação do trabalho imaterial, fazendo com que, o trabalhador (sob o escopo de uma nova ordem produtiva) sinta-se como parte da empresa e/ou do empreendimento, assumindo para si as responsabilidades e as tarefas colocadas para os proprietários dos meios de produção.

Com certeza é preciso investigar com mais acuidade as formas de trabalho (e condições de trabalho) desses trabalhadores para entendermos mais claramente o processo de estranhamento que leva à existência inautêntica, obviamente do ponto de vista do trabalho, na medida em que os trabalhadores “incorporam” o capital enquanto materialidade e subjetividade.

Sabe-se que a produção flexível necessita cada vez mais da interação entre trabalho e ciência, entre execução e elaboração, entre avanço tecnológico e adequação da força de trabalho. Nesse sentido, a expropriação do conhecimento cognitivo dos trabalhadores é algo extraordinário. O saber-fazer, valorizado cumpre um aspecto ideológico fabuloso, agora transformado em gestão participativa onde a valorização do conhecimento do trabalhador é incorporado como trabalho vivo, agregando mais valor à mercadoria.

## **7 - As Novas Configurações da Relação Capital x trabalho no SUDESTE GOIANO**

Quando optou-se por compreender as novas configurações do trabalho no Sudeste Goiano, a partir do recorte propiciado pela modernização da agricultura em Goiás (1970-2000), inclusive discutindo esse ‘paradigma’ de interpretação das transformações no espaço agrário brasileiro, pensou-se não apenas em compreender o momento do confronto capital x trabalho, mas também perceber a importância e a relevância dessa discussão para a Geografia.

Essa opção é política e expressa um apontamento teórico-metodológico para a investigação do fenômeno, expressando o entendimento e a leitura da sociedade que os pesquisadores partilham. A questão fundamental para a Geografia está em verificar as particularidades históricas construídas a partir do confronto capital x trabalho e mais ainda, compreender a territorialização da processualidade social e os seus desdobramentos para os trabalhadores. Quase sempre as análises feitas são generalizantes e pouco pedagógicas, na medida em que, não elucidam e/ou sequer apontam a possibilidade de um “olhar por dentro”, qual seja, compreender as clivagens, as contradições e as capilaridades existentes no processo produtivo.

Há de se considerar que, do ponto de vista fenomênico, a identidade dos que vendem sua força de trabalho está além de uma mera questão mercadológica, já que tal processo infere a possibilidade (e necessidade) de um amplo conjunto de mediações que vai desde o ato de trabalho propriamente dito até a construção cultural necessária à reprodução das condições sociais que, genericamente, chamamos de capitalismo. No ato do trabalho, portanto, encontraremos as raízes fundamentais para o entendimento de toda a rede de relações que permitem a manutenção e reconstrução da sociedade, da maioria pela qual conhecemos e, justamente, no seu desvendamento teremos as condições necessárias para compreender os diferentes movimentos que os “sujeitos sociais” (capitalistas,

trabalhadores e Estado) realizam – coletiva ou individualmente – no sentido de sobreviverem enquanto sujeitos. (THOMAZ JUNIOR, 1996:238).

Daí a necessidade de apreender o território e o desenho societal nas suas diversas configurações, na medida em que, o deslocamento da contradição capital x trabalho para o mercado é a sustentação (a mola propulsora) da permanência do capitalismo. É o deslocamento da contradição do espaço da fábrica para o espaço do mercado, resultante da alienação do trabalhador do produto do seu trabalho, transubstanciando-se no fetiche da mercadoria.

O capital, voltado para todo o circuito do processo produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital da dominação de classe. Esse processo se completa na medida em que se articula ao movimento contraditório dos mecanismos legitimadores da alienação do trabalho e põe em prática suas estratégias espaciais com o intuito de ordenar e cimentar sua hegemonia no conjunto do tecido social. (THOMAZ JUNIOR, 1996: 242).

Nessa relação assume papel essencial o Estado, que aparece como mediador, normatizador da relação capital x trabalho, firmando e validando a hegemonia do capital, que ao se materializar o faz enquanto espaço geográfico, evidenciando de forma hegemônica os interesses do capital.

Percebe-se de forma clara uma gestão política e territorial do capital e do trabalho. Todavia o capital possui sentido de universalidade, enquanto que o trabalho é impedido pelo deslocamento da contradição do espaço da fábrica para o espaço do mercado, de possuir o controle efetivo do processo produtivo, restringindo-se ao espaço da circulação. "(...) enquanto o capital lê o processo social de produção na sua totalidade, tendo como referência a realização do circuito D-M-D', o trabalho o faz pela via da circulação (D'), no plano da gestão do mercado." (THOMAZ JUNIOR, 1996:243).

Dessa forma, o ordenamento do território expressa a contradição capital x trabalho, assim como a alienação e a fragmentação do trabalho. Como o capital possui o sentido da universalidade, parece natural a transnacionalização financeira vivida a partir de meados do século XX, mas o trabalho não deve se transnacionalizar, pois há limites territoriais (administrativos e jurídicos) que impedem a organização e a mobilização dos trabalhadores.

A esse respeito THOMAZ JUNIOR (1996), apresenta uma análise criteriosa acerca das "leituras" diferenciadas do capital e do trabalho sobre o mesmo fenômeno. Enquanto o capital se universaliza e possui o controle social do processo produtivo os sindicatos não conseguem fazer a leitura desse processo e se mantém nos limites impostos pela divisão técnica do trabalho, fragmentando a ação política pela incompreensão do fenômeno territorializado.

Portanto o maior desafio colocado no processo de pesquisa é desvendar as complexas formas de trabalho e suas manifestações territoriais, tendo como enfoque, a reestruturação produtiva do capital e seus desdobramentos na agricultura goiana, precisamente no Sudeste Goiano. Isso implica perceber o processo de territorialização do capital, suas clivagens, mas também perceber as formas de organização e gestão do trabalho. Para tanto não se deve perder de vista as ações do movimento social e suas posições acerca das alterações impulsionadas pela tecnificação, bem como, a possibilidade concreta de pensar e apontar perspectivas emancipatórias para os trabalhadores.

No Sudeste Goiano, elegeu-se alguns agentes sociais, políticos e econômicos, com o objetivo de desvendar as complexas tramas que os envolve. Priorizou-se as

empresas rurais, as agroindústrias e os pequenos produtores rurais como agentes determinantes, constituintes e constituidores das transformações recentes na agricultura goiana, como forma de apontar concretamente, pelo viés da “Geografia do Trabalho”, a necessidade de reinterpretar as alterações na relação cidade-campo, a partir do movimento do capital e seus desdobramentos para os trabalhadores, inclusive, para as ações sindicais.

## 8- Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. Dimensões da globalização – o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni. Os fundamentos ontológicos da reestruturação capitalista – Fundação (e subversão) da modernidade pelo “sujeito” capital. *www.globalization.cjb.net* – agosto de 2002.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, E. F. As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical. Caderno 1 da ADUFF - S. Sind., Rio de Janeiro, 1995.
- DEUS, João Batista de. O Sudeste Goiano: As Transformações Territoriais da Desconcentração Industrial Brasileira. Tese de Doutorado, FFLCH-Depto de Geografia, USP: São Paulo, 2002.
- FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/96. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1995/96.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1980.
- GNACCARINI, José César. Latifúndio e proletariado – formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Pólis, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 1996.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992
- KAGEYAMA, Angela *et al.* *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. In: DELGADO, G. da Costa (Org.) *Agricultura e Políticas Públicas Brasileiras*. Campinas: IPEA, 1990. p. 113-221. (Série IPEA, 127).
- LOPES, Eliano Sérgio A . Comentário sobre o “novo mundo rural” ou a “nova reforma agrária” do governo FHC. Disponível em: *www.cibergeo@agbnacional/* - julho de 2002.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo. Petrópolis, Vozes, São Paulo, CEBRAP, 1981.
- LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital – estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira, 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARTINS, José de S. A reforma agrária e os limites da democracia na "nova república". São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. O capital – crítica da economia política - O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant’ana, vol. 1, 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MENDONÇA, M. R. A questão regional e a especialização de culturas: A alhicultura em Catalão-GO. Espaço em Revista, Curso de Geografia de Catalão – UFG, v. 1, ano 1, jan/dez 1996.
- MENDONÇA, Marcelo R. & THOMAZ JÚNIOR, A . A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. Anais do XIII ENG – João Pessoa, julho de 2002.
- MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e Estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.

MOREIRA, Ruy. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil – Estudo sobre a sociedade e o espaço. Petrópolis: Vozes, 1985.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), 1981, n. 58. p. 5-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O sentido da reforma agrária no Brasil do século XXI. Mesa Redonda realizada no XIII ENG – João Pessoa – PB, julho de 2002.

PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto, 2ª ed., Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, José de Lima. Para onde vai o mundo do trabalho? Crise e perspectivas do movimento sindical. In: Dias, E. Fernandes e Outros.(org.) A ofensiva neoliberal: reestruturação produtiva e luta de classes. Sind. dos Eletricitários de Brasília, DF, 1996.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, 2ª ed., Guanabara, 1986.

THOMAZ JR, Antonio. A biodiversidade para além da preservação. o “colonialismo genético” em questão. Caderno Prudentino de Geografia, n.16. Presidente Prudente: AGB/Presidente Prudente, setembro de 1994.

THOMAZ JR, Antonio. Por Trás dos Canaviais, os (nós) da Cana. (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital x Trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista). Tese de Doutorado, FFLCH – USP, São Paulo, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Território em transe. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESAROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. Revista Geográfica, Bauru, n.16, p. 15-21, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenho social dos sem terra no Brasil. Revista Abra, Campinas, v.28, n.25, op.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. Anais do XII ENG, João Pessoa, julho de 2002a.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. Presidente Prudente, 2002c. (mimeografado).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites ‘leitura’ geográfica. Revista Geográfica. AGB/Bauru, Número Especial, 2003. (no prelo).

THOMPSON, E. P. O Termo Ausente: Experiência. In: Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo, Cia das Letras. 1989.

**Catalão-Goiás, verão de 2003.**